

**ENTREVISTA COM RUI PEREIRA <sup>1</sup>**

Por JEFFERSON VIRGÍLIO

Doutorando em antropologia

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

[jv.ufsc@gmail.com](mailto:jv.ufsc@gmail.com)

Rui Alberto Mateus Pereira foi professor auxiliar no Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) e investigador no Instituto de História

Contemporânea (IHC). Faleceu aos 62 anos, em 19 de março de 2020. Em 2005, defendeu a sua tese intitulada *Conhecer para dominar: O desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. A pesquisa, que produziria a sua tese, foi desenvolvida nos anos 90 e teve, em 1998, uma síntese incluída como capítulo introdutório na reedição do livro *Os Macondes de Moçambique*, obra máxima de António Jorge Dias, publicada, originalmente, a partir de 1964, ao longo de quatro volumes. Rui Pereira foi ainda um dos fundadores da *Associação Portuguesa de Antropologia* e o primeiro diretor do periódico *Cadernos de Estudos Africanos*.

A entrevista com Rui Pereira ocorreu em 2015, em sua sala na FCSH-UNL, como parte da investigação realizada para a escrita de uma dissertação de mestrado em antropologia social. Foram entrevistados diversos professores portugueses de antropologia de diferentes gerações, discutindo sempre questões sobre a história da disciplina em Portugal, e em algumas

---

<sup>1</sup> Entrevista submetida à avaliação em dezembro de 2023 e aprovado para publicação em fevereiro de 2024.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

destas entrevistas foram ainda discutidas as relações construídas entre as antropologias brasileira e portuguesa.<sup>2</sup>

Entre os anos de 2016 e 2017, foram feitas sugestões de revisões pontuais sobre a transcrição da entrevista que Rui concedeu. Havia interesse compartilhado na publicação de entrevistas em um volume único. Outros docentes sinalizaram interesses próximos, mas que acabaram por não se desenvolver nos anos seguintes, sendo que a publicação das entrevistas, de fato, não se concretizou. Rui, infelizmente, não teve acesso para as notas de rodapé e não chegou a comentar sobre a formatação final do texto, pois acabou acometido de severa enfermidade ao longo do período. As notas foram incluídas após os comentários feitos sobre uma primeira leitura da transcrição, na qual definiram-se pontos a serem diminuídos e questões que precisavam ser reforçadas.

A legibilidade do texto pode parecer comprometida, uma vez que se evitou uma revisão mais rigorosa para não comprometer as palavras do professor Rui. As adições ao texto realizadas, para além do que consta na gravação da transcrição e dos seus comentários posteriores, estão entre colchetes. Com o falecimento do professor, em março de 2020, houve o retorno ao material visando a publicação da entrevista como uma forma de homenagem póstuma ao trabalho de pesquisa que ele realizou ao longo da vida, principalmente nas suas leituras e análises inovadoras, envolvendo a história da antropologia portuguesa no período colonial. E é nesse sentido que a entrevista espera colaborar com este número temático.

### Entrevista

**Jefferson Virgílio:** Professor, primeiramente um agradecimento pela disponibilidade em dedicar estes momentos pouco antes de meu embarque de retorno ao Brasil e do início de seu afastamento. Poderíamos iniciar pela sua trajetória enquanto acadêmico? Talvez apresentando como foram os contatos iniciais tanto com a história da antropologia portuguesa, mas também com a questão colonial, e como você identifica as relações entre as duas?

**Rui Pereira:** Isso tem a ver com uma história de vida também, não é? Nós temos levantados algumas questões. Por vezes, por interesses intelectuais, outras por curiosidade, também intelectual, ou também, por histórias de vida. Eu próprio, apesar de ter nascido em Portugal, na década de 50, fui muito cedo, um bebê mesmo, com meses, para o norte de Moçambique.

---

<sup>2</sup> Sobre os resultados desta pesquisa consultar Virgílio (2016, 2020). Sobre a dificuldade de entrevistar antropólogos ver Virgílio (2019).

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

O meu pai era um funcionário da administração colonial portuguesa e foi alocado no norte de Moçambique. Naquela região do planalto Maconde. Então os meus primeiros cinco ou seis anos de vida, entre os anos 58 e 63, foram no norte de Moçambique. Mesmo no norte, junto à fronteira, com o que hoje é a Tanzânia. No mato. E, portanto, eu conheci bem, ainda que de uma forma impressionista, o que era a situação colonial. Depois vivi, nos anos seguintes, até os 14 anos, até 1972 pra ser preciso, no sul de Moçambique, num cenário mais urbano, que era a capital da colônia, na altura Lourenço Marques, hoje Maputo. E, portanto, pude ver o outro lado, digamos, da administração colonial, um lado mais institucionalizado, não aquela antinomia, entre o lado, digamos, entre o lado do colono e o do colonizado.

**Jefferson Virgílio:** Uma espécie de contraste?

**Rui Pereira:** Da forma mais crua, da dominação colonial, com o que era lá o Norte, não é? Portanto, havia administradores coloniais, e, do outro lado, populações, enfim que hoje são etnias ou, como se dizia, tribos, os tais indígenas. Quando eu vivia no Sul, já vivia no ambiente urbano, em que as próprias populações africanas colonizadas estavam, digamos, como então se dizia, nos anos 50-60, “destribalizadas” e, portanto, de certa forma, “assimiladas”. Mas [elas] não deixavam de estar sob o domínio colonial, e com outras vivências. Lembro da comunidade indiana, também, da comunidade chinesa, enfim, era um ambiente colonial mais compósito, por assim dizer, com outras contradições, com contradições, por vezes, não tão cruas. Eram bem mais complexas.

**Jefferson Virgílio:** E como vê isso influenciar na sua formação acadêmica?

**Rui Pereira:** Agora, essa questão é que é uma questão muito importante na minha formação como pessoa. Quando eu entro pras ciências sociais, eu venho para a antropologia por escolha. Eu, curiosamente, primeiro pensei em ir pra direito, até porque a minha família queria que eu fizesse direito. Eu fiz o secundário com formação em disciplinas direcionadas para o direito<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> O ensino secundário português remete ao equivalente identificado como ensino médio no Brasil. Atualmente, ainda é possível cursar disciplinas orientadas ao ingresso em determinadas formações, permitindo direcionar os estudos a seguir em nível superior na adolescência.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

Mas, naquele ano, em 76-77, abriu-se a primeira licenciatura em antropologia em Portugal. Aqui, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, que era uma faculdade nova, criada nesse ano. E eu disse: Não. É isso que eu quero.<sup>4</sup>

Aí, pus direito, sim, como a minha quinta escolha, pra ter a certeza que não ia pra direito. E a primeira escolha era antropologia, e depois geografia, e planejamento regional, mas, enfim, pra ir pra antropologia, pra ter a certeza que não ia pra direito, e, portanto, o direito era a quinta escolha.

Portanto, foi uma escolha consciente. Eu não fui parar cá por acaso, não sabendo. Enfim, eu sabia que queria estudar outras culturas, queria estudar outras situações. Talvez tivesse nessa altura ainda, quando tinha 20 anos, 21 anos, eu tivesse uma ideia ainda um bocado exótica do que é a antropologia, uma antropologia voltada pro exotismo.

Confesso que, nessa altura, não dava pra mais, era o Estado, era a informação que a gente tinha, mas, desde muito cedo, eu fiz o curso, normalmente como toda a turma.

**Jefferson Virgílio:** Estar na primeira turma de formados, não? Eu me reconheço aí.

**Rui Pereira:** Sim. Foi o primeiro curso de antropologia em Portugal, como licenciatura em antropologia, éramos poucos, éramos nove pessoas, apenas três acabaram o primeiro ano. Era esperado concluir aos quatro anos. Era uma licenciatura que tinha sempre quatro anos, portanto quando eu acabei, em 80, éramos só três.<sup>5</sup>

Os professores eram professores geógrafos. Gente que também tinha feito antropologia lá fora, e tinham regressado pra recomeçar. Era tudo escola francesa, francófonos, muitos tinham vindo da Bélgica, do Leuven, Bruxelas, outros de Paris. E havia alguns que tinham feito uma pós-graduação que havia na altura, em ciências antropológicas e etnológicas, de dois anos. Era após a licenciatura, ou bacharelato, isso havia lá embaixo, no Instituto Superior de Ciências Políticas e Sociais, no ISCPS.

**Jefferson Virgílio:** Como o João Leal?

---

<sup>4</sup> A licenciatura portuguesa é um curso de graduação, não necessariamente para formar docentes, como ocorre em cursos homônimos no Brasil. Para o caso da antropologia e do direito, por exemplo, são equivalentes aos cursos bacharelados nestas áreas existentes no Brasil.

<sup>5</sup> Rui Pereira se formaria entre 1980 e 1981. Em 1982, formam-se as professoras Ana Isabel Afonso e Filomena Silvano. Dessa mesma turma seria graduada, a seguir, ainda, a professora Clara Saraiva.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

**Rui Pereira:** Sim, como era o caso do João Leal. O João Leal veio lá de baixo, mas ele não chegou a ser o meu professor, porque ele, entretanto, mudou para o ISCTE. E ele dava aulas ao quarto ano e eu [estava ainda] no terceiro. E ele, entretanto, foi se logo embora, lá pro outro lado, pro ISCTE, na altura. Eu não cheguei a ter aulas com ele.<sup>6</sup>

Mas, durante a minha licenciatura, eu não tinha nenhuma apetência por esta ou aquela área. Eu limitei-me, enfim, a receber matéria, instruir-me, a crescer, conhecer a antropologia. Isso com os instrumentos que nos eram dados, com as matérias que nos eram lecionadas na altura.

Depois, mais tarde, eu, quando acabo o curso, passados uns poucos meses, sou logo, enfim, chamado para ser aqui assistente, investigador. Logo, mesmo passados 7 ou 8 meses, e quando aqui cheguei, além de dar aulas, tive logo pra ir pra área de investigação. E, nessa altura, eu trabalhava, também, como colaborador no Museu Nacional de Etnologia. E, aí, no Museu de Etnologia, que estava nessa altura, aqui em Lisboa [ainda]. Ele foi criado nos anos 60-70, mas inaugurado apenas em 73.<sup>7</sup>

Só que [foi] pensado [enquanto projeto de museu] nos anos 55-60, lá pelo Jorge Dias. E eu [penso que] o museu, depois de 1974, ficou um bocado, depois de inaugurado, um bocado parado.<sup>8</sup>

**Jefferson Virgílio:** Ultrapassado? Pelo fim do projeto colonial e da ditadura aqui?

**Rui Pereira:** É. Mas eu trabalhava lá, e via que aquilo tudo estava um bocado morto. Mas lá deu pra conhecer a viúva do Jorge Dias, a dona Margot Dias. E foi aí [que eu] tive acesso a um espólio sobre o Jorge Dias. As coisas todas do Jorge Dias: artigos não publicados, as epístolas, as cartas dele, os relatórios secretos todos.

**Jefferson Virgílio:** Isso é da primeira ida dele para África, não?

---

<sup>6</sup> Devido à escassez de antropólogos formados havia certa disputa pelos quadros entre as instituições. Na região de Lisboa, especificamente, destacam-se a FCSH-UNL, o ISCTE e um programa de pesquisa em nível de pós-graduação que existia na Fundação Calouste Gulbenkian. As referências ao ISCSP como “*lá embaixo*” remetem à distância entre o campus da antiga *Escola Superior Colonial* e o centro de Lisboa.

<sup>7</sup> O museu permanece na região de Lisboa, mas está, atualmente, em outra freguesia, distante do centro da cidade e em outra zona.

<sup>8</sup> Em 25 de abril de 1974 ocorreu a *Revolução dos Cravos*, estopim do processo de organização civil que encerrou a ditadura em Portugal.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

**Rui Pereira:** É. Porque o Jorge Dias teve uma parte em que trabalhou sobre etnologia portuguesa, mas, a partir de 55, foi chamado para a questão colonial. Até 55, ele nunca tinha posto os pés em África. Até 56, aliás, e, em 1956, ele vai à África, a pedido do ministério ultramarino, para fazer um périplo por África, para começar questões etnológicas, no contexto colonial português.

E essa é uma importante inflexão na história da antropologia portuguesa, porque, até 1955, os únicos antropólogos que eram chamados para o terreno eram antropólogos físicos. E isso tem a ver, como tá muito explicado nos textos que eu tenho publicado sobre<sup>9</sup>.

Na minha área de investigação, na minha tese de doutoramento.

Isso tem que ver, com [o fato de que] até 55, o colonialismo português é um colonialismo primário nos seus objetivos. A própria relação da gestão colonial com as pessoas dominadas era a relação de quem gera um meio de produção. A força de trabalho.

E, portanto, o que havia ali era conhecer os índices de robustez física, mas não mais do que isso. Ou pouco mais do que isso. E daí que a antropologia física tivesse um grande patrocínio, um grande apoio mesmo, do regime colonial. Aliás, o principal mentor da escola de antropologia física, o professor Mendes Correia, do Porto, foi tudo neste país.<sup>10</sup>

Ele foi diretor no governo, aqui em Lisboa. Foi deputado à Assembleia Nacional da altura. Foi presidente da Câmara do Porto. Foi presidente das Juntas de Investigações Coloniais. O antropólogo físico, eu te digo, [esteve onde] nunca nenhum [outro] antropólogo em Portugal esteve. Tanto poder institucional como acadêmico estavam com o Mendes Correa. Isso porque a antropologia física era vital para o regime colonial até 55. Só que, em 1955, as coisas estavam já a mudar em África, sobretudo onde Portugal tinha a maior parte das colônias. Logo depois da guerra de 45<sup>11</sup>.

**Jefferson Virgílio:** A segunda “grande guerra”?

**Rui Pereira:** É. A segunda guerra mundial. Ali já começaram os movimentos de independência, a consciência nacional, o pan-africanismo, o nacionalismo africano, essa coisa

<sup>9</sup> O entrevistado remete para textos como *Raça, Sangue e Robustez. Os paradigmas da Antropologia Física colonial portuguesa* publicado em 2005 e *A Missão etnológica de Moçambique. A codificação dos usos e costumes indígenas no direito colonial português. Notas de Investigação* que foi publicado no ano de 2001.

<sup>10</sup> A menção é para António Mendes Correa. O principal nome da antropologia física em Portugal.

<sup>11</sup> Mendes Correa seria ainda presidente da Academia de Ciências de Lisboa, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Foi também diretor de inúmeras instituições, notadamente da Escola Superior Colonial (atual ISCSP).

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

toda aí. E os portugueses tiveram que mudar o paradigma. Eles tiveram que mudar a agulha, né? [risos]

Já não havia como olhar pras populações colonizadas apenas como uma força de trabalho, como um meio de produção, como quase escravos, né? Havia que ver como é que aquela gente pensava, basicamente, como eles...

**Jefferson Virgílio:** Como eles pensavam ou como eles viviam?

**Rui Pereira:** Como é que eles viviam, e como é que eles pensavam, sobretudo. Nem era tanto como é que eles viviam. Era mais como é que eles pensavam, e quais eram os seus valores. Porque já não interessava saber se eles tinham força física. Por exemplo, há um estudo sobre a Guiné, feito pelo Alfred em 50 e, em 49, que é fantástico<sup>12</sup>.

**Jefferson Virgílio:** Em que sentido?

**Rui Pereira:** É o seguinte: O antropólogo físico chega a Guiné e vai pro gabinete do administrador colonial. Ele manda recolher “exemplares” de todas as etnias da colônia e faz umas provas de carregar, entre este ponto e duzentos metros. E cronometra isso pra ver quem é que tinha mais habilidade física. Depois tinham ainda os testes psicotécnicos elementares pra ver quem é que podia ser pro trabalho físico ou pra trabalhar como auxiliar administrativo nas repartições publicas, né? Isso era a antropologia física portuguesa.

Agora, a partir de 55, esse paradigma já não interessava, e o Jorge Dias vai para o terreno. Agora, eu quando fui pro Museu de Etnologia, quando comecei lá a trabalhar com eles, já estava aqui [na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa] como assistente, mas lá [no Museu de Etnologia] também. E descobri que o Jorge Dias além de ter feito, digamos, trabalho de campo, normal, na altura, aquilo [que saiu] publicado nos *Macondes de Moçambique*. Ele fez mais.

É que, além disso, ele também fez outra coisa muito importante que foram uns relatórios secretos para o regime, sobre as contradições do colonialismo português. Do tipo, porque é que era assim em Moçambique?

---

<sup>12</sup> Possivelmente, remete para Alfredo Athayde, um antropólogo físico, que possui inúmeras publicações sobre o tema entre os anos 20 e 60. Rui deveria estar referindo para um trabalho derivado do material apresentado em 1935 no *1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial* intitulado *Tempos de reacção de indígenas das colónias portuguesas*. O autor cita este trabalho em seu artigo *Raça, sangue e robustez*.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

**Jefferson Virgílio:** Aquelas “críticas” à colonização?

**Rui Pereira:** Assim... E isso numa altura, quando eu estou a falar dos anos 82-83, quando toda a gente [ainda] olhava para o Jorge Dias como um colaborador da administração colonial, como um fascista.

E, portanto, eu achei que [naquela altura] já havia gente a publicar sobre a história da antropologia portuguesa [mas] que ignoravam o papel do Jorge Dias na antropologia colonial, só falavam [do] Jorge Dias no Rio de Onor<sup>13</sup>.

[Eles só falavam] sobre o papel dele no levantamento da cultura material, o arado português, ignoravam o papel do Jorge Dias lá, porque achavam que era um papel comprometido. E eu achei que tinha chegado numa altura de fazer um trabalho, de investigar, a história da antropologia portuguesa em contexto colonial, e, por isso, eu pensei que não se pode fazer uma história da antropologia portuguesa colonial, não se pode fazer uma historiografia da antropologia colonial. Tem que se fazer uma história da antropologia colonial, são coisas diferentes. Isto é, não é por só, como fez o Adam Kuper, para a antropologia social britânica “obras e autores”, não, não é isso<sup>14</sup>.

Tens de perceber quais são as contradições, qual foi o contexto, qual foi a situação, quais eram as questões, que eram preeminentes para a antropologia. Por que o Jorge Dias trabalhava muito as questões de contato de culturas? O conflito de culturas, [que era] influenciado pela escola do Instituto Rhodes-Livingstone, embalado pela escola inglesa.

Portanto, este tipo de questões, que eram tão fundamentais para o próprio desenvolvimento da antropologia, vinham, não apenas da reflexão antropológica, mas das condições sociais, políticas e econômicas em que o antropólogo trabalhava em contexto colonial.

Portanto, era uma história da antropologia que estava por fazer, e eu, pra isso, pra fazer essa história da antropologia, o que eu tinha que saber? [Pesquisar sobre] o que era o colonialismo português.

Assim, não é fazer uma história da antropologia pela história, como faz o Adam Kuper, como fazem esses, como fez o outro para a etnologia francesa. Esse tipo de gente, não. Tem que se fazer, conhecer a história... sabe?

---

<sup>13</sup> Remete para a tese de doutoramento de António Jorge Dias, que seria publicada uma versão em português apenas em 1953 e que foi intitulado *Rio de Onor: Comunitarismo agro-pastoril*.

<sup>14</sup> Remete para o livro *Anthropology and Anthropologists: The Modern British School*, publicado originalmente em 1973.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

**Jefferson Virgílio:** O George Stocking Jr.?

**Rui Pereira:** O George Stocking, exatamente. Tem que se fazer uma história da antropologia, sabendo-se quais são as condições sociais, políticas e econômicas. Saber qual é o contexto que o antropólogo trabalha. Porque ele tá numa sociedade, e isso levou-me a ter que estudar o quê? O colonialismo português.

Sendo que essa é a parte interessante, quando eu começo a estudar o colonialismo português nos anos 80, havia pouca gente em Portugal, lembro-me mesmo de uma história, lembro-me, em 86, 85-86, do professor Alfredo Rosas, que era um homem da história, do Estado Novo, mitólogo, historiólogo. Ele já agora está a ser jubilado. Enfim, ele fez um congresso na [Fundação Calouste] Gulbenkian. Era sobre a história do Estado Novo.

E tinha lá uma seção colonial, sem ter a situação colonial. A seção colonial era lá uns tipos sozinhos, a falar uns pros outros. Ninguém queria saber a situação colonial. Era como se a situação colonial não tivesse sido decisiva para o desenho do próprio Estado Novo. Da própria política.

Mas aquilo era a questão fundamental, foi aquilo que ditou muito da política do Estado Novo, era apoiado nas ideias do Império, de grandiosidade, na missão civilizadora em África, esse tipo de coisas, né? Como [também] tinha sido no Brasil... *tararã tararã tararã* [sorriso]

Então se estudava o colonialismo, sem antes saber como é que a antropologia servia o colonialismo. Nesse momento, estou a falar do futuro porque eu continuo ainda nisso. Já estou a falar de uma fase que não tinha sido estudada, que é uma fase difícil de trabalhar, estando a trabalhar com informações militares já depois da guerra ter começado, depois de 60<sup>15</sup>. Porque os portugueses, a partir de 61, mudaram pra outro paradigma também, que foi aquilo que eles chamam de “a conquista da adesão das populações”, a chamada guerra psicológica, a ação psicossocial em África, e, pra isso, utilizaram muitos ensinamentos da antropologia, e os americanos fizeram o mesmo no Vietnã.

E, agora, esse é o meu novo objetivo. É o meu atual [projeto] de pesquisa. É trabalhar com isso.

---

<sup>15</sup> A ditadura portuguesa é, historicamente, delimitada entre 1926/1933-1974. E nos anos finais (1961-1974) ocorria, maioritariamente, na África, um período de guerras entre colônias e colonizadores. A parte lusitana dessas guerras possuiu várias nomenclaturas, com inúmeras variações, consoante o avançar da situação entre a metrópole e as colônias/territórios ultramarinos/novas nações africanas. Entre eles, podem-se destacar alguns nomes: Guerra de/da/na África; Guerra de/da libertação; Guerra colonial [portuguesa]; Guerra do ultramar [português].

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

**Jefferson Virgílio:** O professor comentou sobre os relatórios do Jorge Dias. O professor consideraria isso como uma pré ou mesmo uma antropologia aplicada?

**Rui Pereira:** Sim, sem dúvida. Esses relatórios foram... Repara bem: A antropologia aplicada tinha já uma existência nas colônias. Mas não cá [em Portugal]. Em Moçambique, sobretudo. Em Moçambique, desde 45, todos aqueles que estavam na carreira administrativa, que eram funcionários de terreno, tinham, obrigatoriamente, de três em três anos, pra progredir na carreira, fazer um relatório sobre uma comunidade, mas não da mesma forma que o Jorge Dias, eram coisas assim, meio etnográficas, relatórios etnográficos, por vezes, até falseados. Bastante copiados uns dos outros.

**Jefferson Virgílio:** O professor sabe quando que isso começou?

**Rui Pereira:** Em 45. E acabou em 61. Tinha a ver com uma lei, que foi publicada em 33, mas que só, 12 anos depois, foi aplicada<sup>16</sup>.

**Jefferson Virgílio:** Antes disso não teve? Mesmo que de forma informal. Eu me refiro a...

**Rui Pereira:** Não teve. Não, teve. Tá, teve. Existem estudos, estudos, por exemplo. Por acaso, Moçambique é o caso que eu conheço melhor, desde os finais da década de 80 ou 90, do século XIX houve uma primeira fase do colonialismo em África que teve uma característica no que diz respeito à gestão das populações. Qual era a questão fundamental? A administração, ou seja, qual era a entidade jurídica, qual era a entidade jurídica do indígena?

**Jefferson Virgílio:** A minha questão é basicamente essa. É porque que aqueles textos que são produzidos na metrópole no final do século XIX são considerados estudos etnográficos, inclusive sendo este o termo que utilizam. E o que é fora, nas colônias, não é. Não é nem mesmo citado.

**Rui Pereira:** E os demais? Exatamente! Nas colônias não havia o mínimo esforço, aliás, essa geração, que faz, depois do romance popular do século XIX, aquele esquema todo, que falam

---

<sup>16</sup> Em 2016, o entrevistado dissertaria com maior profundidade sobre o tema no artigo *Recortar, dividir, segmentar: Saberes coloniales y su extensión poscolonial en Mozambique*.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

o João Leal, o Rocha Peixoto, o Teófilo Braga, essa gente toda, a chamada “geração do Leite de Vasconcelos”, nunca olhou pra questão colonial<sup>17</sup>.

**Jefferson Virgílio:** Ok. Mas a minha questão é: O professor sabe que tem um, como é que eu vou te dizer... a tal divisão proposta da antropologia portuguesa, os campos, e tal, mas, durante todo esse período, seja entre 45 e 61, como alguns textos até bem antes e prévios são ignorados.

**Rui Pereira:** Não eram conhecidos.

**Jefferson Virgílio:** Eles não eram conhecidos?

**Rui Pereira:** Não, [eles] não eram conhecidos. Os de 45-61 eram provas acadêmicas, provas administrativas, feitas pra um contexto de promoção da função pública. Os outros anteriores, há textos etnográficos sobre os indígenas da colônia de Moçambique elaborados localmente, por governadores locais. Em Moçambique, havia uma coisa chamada “Empresa Geral de Moçambique”. E alguns eram publicados localmente, mas que não tinha muita repercussão fora de lá.

**Jefferson Virgílio:** Então, no caso, eu posso considerar que o pessoal que escreveu a história oficial da disciplina em Portugal não sabia da existência disso.

**Rui Pereira:** Ouve lá, em 25, em 1925, Augusto Pereira Cabral publicou um texto chamado “*As raças de Moçambique*” e já tinha publicado vários artigos, mas em revistas locais. Nunca cá.

**Jefferson Virgílio:** Ok. Mas atualmente há essa informação. Desde 2000 e tantos pelo menos. E há uma manutenção dessa versão hegemônica da história da antropologia portuguesa, que não considera esse material produzido nas colônias. Até hoje.

**Rui Pereira:** Sim, mas olhe uma coisa. Hoje, isso está a mudar um bocado, de uns tempos... Depois das minhas publicações principalmente.

---

<sup>17</sup> Sobre a questão, consultar o livro de João Leal, *Antropologia em Portugal: mestres, percursos, tradições*.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

**Jefferson Virgílio:** Está a mudar? O professor acredita mesmo nisso?

**Rui Pereira:** Sim, quando em 98 eu fiz a organização dos Macondes. Foi aí. Quando em 1998 o Instituto de Investigação Científica Tropical, reeditou o primeiro volume dos Maconde<sup>18</sup>.

**Jefferson Virgílio:** Aquela edição com a introdução do professor?

**Rui Pereira:** Sim. Exatamente. Aquela minha introdução foi uma pedrada no chão. É um texto que ainda hoje é muito citado, as pessoas já me disseram que é o texto mais importante pra história da antropologia portuguesa colonial. O texto é uma forma resumida, muito, da minha tese. Que eu nunca editei, nas que é muito mais completa do que aquilo. De fato, naquela altura aquilo foi um... você sabe. E já escreveram sobre na Etnográfica. Que a introdução é de fato uma pedrada no chão, pois não havia coisas como: “*Ah, o que é isto?*” ou “*Olhe só, e havia isso, afinal?*”<sup>19</sup>

**Jefferson Virgílio:** Então o professor pontuou, de certo, a minha dúvida. Se era uma questão de “*Veja lá, aquilo não é antropologia!*” ou “*Não, não, nós não sabíamos daquilo!*”

**Rui Pereira:** Não tinham estudado. Aquilo existia, mas ninguém tinha investigado. Pensava-se que o Jorge Dias era os Maconde de Moçambique, e ponto. Não era assim. E não era só aquilo. E ninguém quis saber da história da antropologia física também, né? Como é que a antropologia física trabalhou em Moçambique.

**Jefferson Virgílio:** Há algumas poucas classificações do português e tal, mas essas análises, dificilmente, incluem as pesquisas feitas por médicos, naturalistas, essa malta toda relacionada, notadamente aquele pessoal. Tem aí a escola do Porto, mas também tem a escola de Coimbra.

**Rui Pereira:** Sim, mas veja que, no fundo, é a mesma gente.

---

<sup>18</sup> O livro foi publicado, originalmente, em vários volumes. Posteriormente, ao serem republicados, Rui Pereira organizou e introduziu o material.

<sup>19</sup> Remete para a *Revista Etnográfica*, publicação vinculada ao *Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA)*.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

**Jefferson Virgílio:** Inclusive com trabalho realizado no estrangeiro. E como é que você enxerga, digamos assim, essa ignorância seletiva? De que esse povo da biológica não seria antropologia?

**Rui Pereira:** Sim, isso é ainda hoje... Ok. Hoje começa haver, digamos, alguma convergência, uma convergência. Por exemplo, que era impensável na escola americana, como você sabe.<sup>20</sup> Aquilo sempre existiu, mas aqui havia uma certa divergência, primeiro porque essa gente que estava na antropologia física eram todos médicos. E repara que, já em 1935, costumava-se dizer que a antropologia portuguesa nasceu em 1885, com a criação da cadeira de antropologia no primeiro ano da Faculdade de Medicina, em Coimbra.

**Jefferson Virgílio:** São os tais 130 anos.<sup>21</sup>

**Rui Pereira:** Isso. Mas aquela antropologia era uma anatomia dos povos primitivos, basicamente. Era uma coisa muito incipiente. Mas era, pronto, uma disciplina comparativa, né? Se quiser uma disciplina de anatomia comparativa. Ponto. Na crença de que as raças até de um ponto de vista físico eram diferentes e classificáveis entre si. Iam muito pelos fenótipos, não é? Pela questão da pele, da visibilidade, o que era então...

**Jefferson Virgílio:** Principalmente do que era mensurável, não?

**Rui Pereira:** Exatamente. Classificações de crânios, nariz, mãos, bem, tudo. Etc. E com isso pensavam que essa diferença era fundamental. Portanto, essa marca, ou seja, essa marca, ideológica, da antropologia física, permaneceu e marcou. Portanto a etnologia, a antropologia social e cultural...

**Jefferson Virgílio:** Tem uma repulsa? No Brasil isso é muito forte. Tem muito isso.

**Rui Pereira:** Em relação a essa parte, né? Portanto e, depois, a essa repulsa, juntou-se outra, quando foi a revolução, em 74-75, e depois começaram a, paulatinamente, abrir os estudos de antropologia. Havia também um mal-estar e uma convivência difícil com o seu passado

---

<sup>20</sup> Remete para a organização conjunta entre quatro áreas: Linguística, arqueologia, antropologia cultural e antropologia biológica.

<sup>21</sup> Em 2015, uma série de seminários e publicações marcaram a data com referências aos 130 anos na forma de homenagens diversas.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

colonial, e o que é que se fez? Aconteceu o seguinte: deixou-se, também, a etnologia colonial ser contaminada pela antropologia física colonial.

**Jefferson Virgílio:** “*É tudo a mesma coisa.*”

**Rui Pereira:** Exatamente! “*É tudo a mesma coisa*”. Quando é tudo muito diferente. Qual era o motivo? Isso não tá publicado na minha tese. Nem na introdução, e eu tenho que publicar a minha tese rapidamente por isso. Mas, também, localmente em Moçambique, no trabalho [de campo] que eu fiz lá, [eu descobri que] havia localmente produção etnológica local.

**Jefferson Virgílio:** Pelos próprios, digamos assim, moçambicanos?

**Rui Pereira:** Não, não. Pelos que lá estavam a trabalhar. Antropólogos locais, António Rita-Ferreira é um nome importante. É fundamental.

**Jefferson Virgílio:** O professor comentou sobre o Rita-Ferreira, quando eu estive em sua aula.

**Rui Pereira:** Sim, porque este nome é fundamental. Há outros que produzem dentro de suas limitações, como o José Redinha, em Angola, que eu não trabalhei nas aulas. Aquilo era muito importante, naquilo que trabalhavam localmente, com visões locais, com instrumentos reduzidos. Mas o Redinha, [em comparação] por exemplo [com] o Rita-Ferreira, que era um administrador colonial, é um autodidata, o homem conhecia e trabalhava com a malta do Instituto Rhodes-Livingstone!<sup>22</sup>

**Jefferson Virgílio:** O da África do Sul?

**Rui Pereira:** Sim, na África do Sul. É um indivíduo que trabalhava com o grupo do Max Gluckman. Era um tipo qualquer que tinha um diálogo com outros tipos muito específicos. Não era um diletante. Um autodidata apenas, era um autodidata, mas com boas informações, boas leituras. Bom, portanto, houve uma, digamos que houve um julgamento um bocado apressado, do que foi a produção colonial, estás a ver?

---

<sup>22</sup> Foi o primeiro grande centro de pesquisa antropológica independente construído em território africano. Recebeu uma quantidade enorme de estudiosos, desde a sua fundação em 1937-1938.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

**Jefferson Virgílio:** Sim, perfeitamente. Professor, o professor pegou em dois pontos aqui, que eram exatamente o que estavam sendo mais problemáticos. E seria possível falar um pouco sobre a sua formação na licenciatura? E como foi parar na cadeira de linguística?

**Rui Pereira:** Sim. Naturalmente, na minha formação, eu devo dizer que, no primeiro ano, havia uma enorme falta de quadro.

**Jefferson Virgílio:** Docente?

**Rui Pereira:** Sim. Docentes. Nós, no primeiro ano éramos nove alunos, e os professores eram praí uns seis ou sete. Mas antropólogos, antropólogos mesmo, havia.... [pausa] Nenhum deles tinha uma licenciatura específica em antropologia. Eram tipos que tinham tido formações noutras áreas. Depois tinham aí formação complementar em antropologia, sendo que o curso mesmo foi criado por uma geógrafa.<sup>23</sup>

**Jefferson Virgílio:** Outras duas pessoas já me disseram que o curso era basicamente dado por geógrafos inicialmente...

**Rui Pereira:** Começa basicamente com geógrafos, sim. Malta da geografia humana. Estás a ver onde isso vai parar?

**Jefferson Virgílio:** Perfeitamente...

**Rui Pereira:** Depois temos alguns formados lá embaixo em ciências antropológicas e etnológicas, a tal pós-graduação.

**Jefferson Virgílio:** No ISCSP? Mas aí também teve um pessoal que veio de fora, não?

**Rui Pereira:** Isso! E, no caso do pessoal que veio de fora, tu tens Bruxelas, Leuven, França. Enfim, era a antropologia possível. Depois, mais tarde, aí, a partir de 79-80, entra o professor

---

<sup>23</sup> Remete para Raquel Soeiro de Brito.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

Mesquitela Lima, que era um indivíduo doutorado em antropologia em Paris, mas conhecido como administrador colonial também.

Ele foi diretor do Museu da Luanda, de Lunda, aqui também. Se formou com doutoramento em Paris, muito dado à cultura material, trabalhou sobre o espólio *Côkwe*, que é uma etnia do nordeste de Angola.

E esse homem dimensionou um bocado [os primeiros estudantes da licenciatura em antropologia da FCSH-UNL], afinal todos nós fomos alunos dele. Era uma antropologia assim meio anos 60 ainda.

Assim, [ele] não conseguia ser estruturalista, coitado. E como ele gostava de ser um, sendo que nós todos, aquela geração, a minha geração, sobretudo, viu isso. Eu apanhei aqui, dois ou três professores que me deixaram muitas marcas na altura, mas que deixaram menos nos meus colegas dos anos seguintes, como a Ana Isabel Afonso, e a Filomena, logo a seguir a mim<sup>24</sup>.

**Jefferson Virgílio:** Daqui da Universidade Nova de Lisboa?

**Rui Pereira:** Isso, a Ana Isabel e a Filomena, que entraram depois de mim. Eu sou o mais antigo do departamento, mas, na minha geração, sofri um grande embate na formação. Estruturalista. Eu era estruturalista.

**Jefferson Virgílio:** Você diz que ele trouxe uma influência na direção do estruturalismo, ou era pra sair do estruturalismo?

**Rui Pereira:** Não, para ser estruturalista. Não, repara. É que nós tivemos, aqui, professores, Rui Rodrigues, Cândida Porto, sobretudo [José Carlos] Gomes da Silva, catedrático. O homem fazia análise estrutural também de mitos hindus, estudos, etc. Tudo muito importante.

Mas, depois, foi pro ISCTE, e já se reformou. Era estruturalista assim, muito forte, né. E eu, daí durante muitos anos, era aí que me situava na escola estruturalista. E por isso que eu dou [a cadeira de] antropologia linguística [na FCSH-UNL].

Mas a minha área de investigação não era essa, de fato. Nunca foi. Desde muito cedo eu percebi que eu queria trabalhar sobre o contexto africano, a história da antropologia e sobre Jorge Dias. Era uma história que estava por fazer. Mas precisava de pôr a minha ideia, que era

---

<sup>24</sup> Durante o doutoramento realizado em Paris, é sabido que Mesquitela Lima tentou realizar aproximações com Claude Lévi-Strauss.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

a de, basicamente, colocar toda aquela produção, que era desprezada, colocá-la dentro da história da antropologia portuguesa, estás a ver?

**Jefferson Virgílio:** Claro, mas isso não mudou muito hoje...

**Rui Pereira:** Ainda hoje... Claro, é que foi uma formação. Ouça, vou dar uma ideia. No primeiro ano, nós tínhamos todas as aulas em comum [com outros cursos]. Tirando uma cadeira, que era etnologia. E só. Todas as restantes, cinco ou seis cadeiras, que eram anuais, eram dadas conjuntamente com o curso de história. Sei lá, coisas como “Demografia para as ciências sociais”.

**Jefferson Virgílio:** Ok, entendi. Era um núcleo comum de cadeiras entre os cursos.

**Rui Pereira:** Completamente comum. Exatamente. Era “História das mentalidades”, “Introdução à sociologia”, “Métodos quantitativos pras ciências sociais”. Pronto. A faculdade era nova, estás a ver? Havia três cursos no início [na FCSH-UNL], que eram “história”, “antropologia”, “línguas e literaturas modernas”. Só. Só haviam esses três cursos, no primeiro ano.

**Jefferson Virgílio:** O curso de Sociologia veio depois então?

**Rui Pereira:** Sociologia foi no ano seguinte. E comunicação social também. Elas abriram juntas.

**Jefferson Virgílio:** O professor poderia comentar seu “intervalo” na academia nos últimos vinte anos? O que fazia, e se vê algum impacto disto em sua produção ou na carreira enquanto investigador e docente?

**Rui Pereira:** Há aqui uma parte importante no meu desempenho como professor de antropologia, que isso é muito fundamental, no meu caso, eu estive, os últimos dezenove anos, fora da investigação, quer dizer, um pouco fora, não foi bem fora da investigação. Estava um bocado deslocado, com outras funções, como envolvido com o desempenho social, na gestão pública. Enfim, várias áreas, envolvido com outras questões importantes.

Eu fui chamado para ter um papel na gestão da administração pública portuguesa. Coisas que eram tão diferentes entre si como diretor de recursos humanos, diretor de cultura,

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

diretor da biblioteca nacional e do livro, diretor da justiça, etc. Mas, nesse período todo, eu nunca deixei de dar aulas. Sempre pró-bono. Eu dava aulas, mas era uma cadeira ou duas só. Uma ou duas por ano. Mas nisso eu parei muito com meu esforço na investigação.

**Jefferson Virgílio:** E nisso a produção caiu, não?

**Rui Pereira:** Foi publicada alguma coisa, é certo, mas muito pouco. Trabalhei [fora da universidade], sobretudo. Era pouco o que eu fazia. E fiz muito [trabalho] nos últimos anos, coisas como procuradoria, comissariado, expedições, mas, sobretudo, envolvendo África.

Fiz algumas [publicações] nos últimos anos: em 2009, 2010, 2011 e 2013. Mas esse era meu único esforço, mais palpável à área da antropologia. Agora, voltei mesmo, há seis meses, a pleno, e o que que eu posso ver? Que houve uma alteração profunda na antropologia portuguesa, no sentido da sua internacionalização. O fato de serem criados os centros de investigação, também, e muito impulsionado pelas novas tecnologias, né?

**Jefferson Virgílio:** O professor se refere em pesquisar com as novas redes de informação?

**Rui Pereira:** Sim. Hoje em dia a comunicação a gente sabe que é diferente. Como se trocam os textos, como se recebem textos, como se consultam eles.

Eu lembro em 1985. Quando eu estava fazendo ainda a parte final da minha tese de mestrado, que foi em 1986. Eu precisei consultar várias bases de dados americanas, e pra ter acessos a vários textos de revistas de lá, e não era como agora, porque aqui no país não havia nada, não havia internet, nem perto disto.

Eu fui a uma coisa chamada Instituto de Investigação Científica Nacional que tinha uma ligação direta por cabo com a base de dados americana. E pagava-se por uma hora pelo acesso a essa base. Depois, produzia papel contínuo picotado, em uma impressora matricial. E isso dava-me os títulos dos artigos, porque eu punha lá palavras chaves, como colonialismo, África, antropologia<sup>25</sup>.

E nisso traziam todos os artigos das diversas revistas americanas, com um *abstract*, pequenino. E por uma hora de acesso na linha desta base de dados eu pagava. Eu, na

---

<sup>25</sup> Rui remete para o *Instituto Nacional de Investigação Científica* (INIC). Ao longo da ditadura e, principalmente após a ditadura portuguesa, inúmeras instituições foram renomeadas, encerradas e, posteriormente, reabertas em Portugal. O INIC surge em 1976, sendo no início da década de 90 encerrado para ser incluído dentro da estrutura da *Junta Nacional de Investigação Científica*, que, por sua vez, será absorvida dentro da *Fundação para a Ciência e Tecnologia* (FCT). A FCT pode ser compreendida como o equivalente português para o CNPq brasileiro.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

altura, recebi um subsídio pra pagar isso, e na altura eram 30 contos. Para a moeda portuguesa, agora, corresponderia a 150 euros. Ou seja, eu pagava 150 euros pra ter acesso online de uma hora, pra tirar tudo.

**Jefferson Virgílio:** Desesperadamente, tudo o que for possível. Entendo.

**Rui Pereira:** Sim. O que é possível. Naquela base de dados. E isso mudou tudo, né? Hoje em dia, entra-se fácil. As pessoas vão e viajam, tem congressos, os seminários, trocam papel, os e-mails, há conferências, vídeos e tal. Está tudo na rede. Portanto, penso que os portugueses aproveitaram isso pouco. E também há o fato de terem sido criados os centros de investigação, como o CRIA. O CRIA é o Centro de Investigação em Antropologia aqui, como você sabe bem. E é único no país, no sentido que reúne as várias escolas, faculdades. Você não vê nenhuma outra ciência que faça , em Portugal.

**Jefferson Virgílio:** Vou te dizer que eu procurei e não encontrei coisa parecida nem em antropologia, nem no que for, nem aqui e nem em nenhum outro país. Foi uma das coisas que me impressionou mesmo. Me atraiu muito aqui, em 2013, a articulação de vocês nesse sentido.

**Rui Pereira:** E portanto... Bem, você sabe, eu não faço parte do CRIA, por razões que aqui não caberiam, e isso é outra longa história. Mas eu faço parte de um outro centro de investigação, que é o Instituto de História Contemporânea.

**Jefferson Virgílio:** O IHC?

**Rui Pereira:** Exatamente. Mas o CRIA, enfim, apesar de eu não fazer parte dele, eu reconheço o grande potencial, a força nele. Tem um papel muito importante. Você não quer saber o que era uns anos atrás a divisão das escolinhas, as capelinhas, o departamento da [Universidade] Nova [de Lisboa]. Mesma coisa o ISCTE, ou o ISCSP, até [a Universidade] do Minho.

Tudo assim, vamos dizer, digladiando entre si. E hoje estão todos juntos, no mesmo centro de investigação, e isso é mesmo muito bom e importante. E o que é que isso tudo potencializou? A internacionalização. E isso é um grande avanço da antropologia portuguesa recente. Um grande avanço mesmo.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

**Jefferson Virgílio:** Foi quando você esteve ausente, né?

**Rui Pereira:** Eu estive fora durante esse momento, sim. Eu estive em outras funções sociais, quase políticas, por assim dizer, e acabei por perder essa boleia. Mas eu acompanho com muito interesse, e acho muito bom o ponto da situação sim.

**Jefferson Virgílio:** Perfeito. Muito obrigado, professor. Acredito que isto é mais que o suficiente.

**Rui Pereira:** Por nada.

## Referências

ATHAYDE, A. Tempos de reacção de indígenas das colónias portuguesas. *In: CONGRESSO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA COLONIAL*, 1., 1935, Porto. *Trabalhos [...]*, Porto: Tipografia Leitão, 1935. v. 2.

DIAS, A. J. *Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril*. Porto: CEEP, 1953.

DIAS, A. J. *Os Macondes de Moçambique: aspectos históricos e económicos*. Lisboa: JIU, 1964. v. 1.

KUPER, A. *Anthropology and anthropologists: the Modern British School*. London: Routledge, 1973.

LEAL, J. *Antropologia em Portugal: mestres, percursos, tradições*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

PEREIRA, R. M. A Missão etnográfica de Moçambique. A codificação dos usos e costumes indígenas no direito colonial português. Notas de Investigação. *Cadernos de Estudos Africanos*, v. 1, p. 125-177, 2001.

PEREIRA, R. M. *Conhecer para dominar: o desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia) - . Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 423-443. ISSN: 1808-8031

PEREIRA, R. M. Introdução à reedição de 1998. In: DIAS, J. *Os Macondes de Moçambique: aspectos históricos e econômicos*. Lisboa: CNCDP/IICT, 1998. v. 1, p. V-LII.

PEREIRA, R. M. Raça, sangue e robustez: os paradigmas da Antropologia Física colonial portuguesa. *Cadernos de Estudos Africanos*, v. 7-8, p. 209-241, 2005.

PEREIRA, R. M. Recortar, dividir, segmentar: saberes coloniales y su extensión poscolonial en Mozambique. *Revista de Antropología Social*, n. 25, v. 2, p. 341-360, 2016.

VIRGÍLIO, J. *Travessias antropológicas do além-mar: pós-colonialismos em português*. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, 2016.

VIRGÍLIO, J. Entrevistando pares en antropología: consideraciones por la historiografía de la disciplina. *Iberoamérica Social*, v. 12, p. 63-83, 2019.

VIRGÍLIO, J. *Como descolonizar uma tese em antropologia no sentido estrito do termo*. Columbia: Amazon, 2020.